

# **Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**

CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstrações Contábeis Regulatórias Referentes  
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfases**

#### *Base para elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## *Reapresentação dos valores correspondentes referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e em 1º de janeiro de 2015*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.12 às demonstrações contábeis regulatórias, em decorrência da reclassificação de obrigações especiais descrita na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e em 1º de janeiro de 2015 (balanço de abertura), apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e no CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações financeiras societárias*

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de fevereiro de 2017.

#### *Informações Comparativas - Valores Correspondentes*

Os valores comparativos referentes ao balanço patrimonial regulatório em 1º de janeiro de 2015, apresentados para fins de comparação em função da reapresentação mencionada acima, não foram examinados por nós, nem por outros auditores independentes.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, emitida em 11 de março de 2014, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>01/01/2015</u>
<b>Ativos</b>			<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Não auditado e reapresentado)</b>
<i>Ativos circulantes</i>				
Equivalentes de caixa	4	3.210	3.280	4.859
Títulos e valores mobiliários	5	14.920	5.253	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	4.146	3.586	4.344
Impostos e contribuições sociais		59	143	61
Outras contas a receber		349	375	974
<b>Total dos Ativos Circulantes</b>		<b>22.684</b>	<b>12.637</b>	<b>10.238</b>
<i>Ativos Não Circulantes</i>				
Títulos e valores mobiliários	5	-	112	-
Depósitos vinculados	6	3.847	3.440	3.103
Depósitos judiciais		439	371	466
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	262	245	199
Impostos e contribuições sociais		75	-	-
Outras contas a receber		65	70	76
Imobilizado	8	107.034	90.661	92.815
Intangível	8	1.550	1.682	857
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>113.272</b>	<b>96.581</b>	<b>97.516</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>135.956</b>	<b>109.218</b>	<b>107.754</b>
<b>Passivos</b>				
<i>Passivos circulantes</i>				
Fornecedores		1.565	562	167
Empréstimos e financiamentos	10	8.306	7.965	7.286
Debêntures	10	100	104	83
Impostos e contribuições sociais		7.929	3.458	447
Taxas regulamentares		1.115	895	1.365
Dividendos a pagar	15	20.482	937	141
Outras contas a pagar		2.178	1.816	1.853
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>41.675</b>	<b>15.737</b>	<b>11.342</b>
<i>Passivos não circulantes</i>				
Empréstimos e financiamentos	10	9.358	8.556	15.004
Debêntures	10	9.968	9.952	9.938
Impostos e contribuições diferidos		2.338	-	-
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11	615	-	-
Obrigações especiais	8	3.273	3.273	3.273
Outras contas a pagar		2.108	2.832	1.598
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>27.660</b>	<b>24.613</b>	<b>29.813</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	13	34.895	34.895	34.895
Reserva de lucros	13	34.895	34.895	34.895
Dividendos adicionais propostos	13	21.391	20.069	14.659
Prejuízos acumulados	13	(24.560)	(20.991)	(17.850)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>66.621</b>	<b>68.868</b>	<b>66.599</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>135.956</b>	<b>109.218</b>	<b>107.754</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Disponibilização do sistema de transmissão		36.053	33.053
Parcela variável e outras receitas		4.780	4.321
<b>Receita bruta</b>		<b>40.833</b>	<b>37.374</b>
PIS e COFINS		(1.574)	(1.408)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.571)	(1.450)
Tributos e encargos		(3.145)	(2.858)
<b>Receita líquida</b>	<b>19</b>	<b>37.688</b>	<b>34.516</b>
Material		(23)	(27)
Serviços de terceiros	20	(4.234)	(4.064)
Depreciação e amortização		(3.645)	(3.588)
Outros custos operacionais, líquidos de reembolsos		61	72
Custos operacionais		(7.841)	(7.607)
Pessoal	14	(74)	(58)
Serviços de terceiros	20	(1.417)	(1.430)
Despesas operacionais líquidas		(224)	(66)
Despesas operacionais		(1.715)	(1.554)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>28.132</b>	<b>25.355</b>
Receitas financeiras		1.702	2.063
Despesas financeiras		(2.848)	(5.205)
Despesas financeiras líquidas	21	(1.146)	(3.142)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>26.986</b>	<b>22.213</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(6.612)	(5.088)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(2.336)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(8.948)	(5.088)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>18.038</b>	<b>17.125</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	18	0,51692	0,49076

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em**  
**31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>18.038</b>	<b>17.125</b>
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>18.038</b>	<b>17.125</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota <u>explicativa</u>	Capital social	Reservas de lucros		Divid. Adic. Propostos	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b> <b>(Não auditado)</b>		<b>34.895</b>	<b>6.426</b>	<b>28.469</b>	<b>14.659</b>	<b>(17.850)</b>	<b>66.599</b>
Aprovação dos dividendos adicionais - AGO 08/04/2015		-	-	-	(14.659)	-	(14.659)
Destinação societária de Reserva Especial		-	-	(553)	553	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.125	17.125
Destinações societárias do exercício:							
Reserva legal		-	553	-	-	(553)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(197)	(197)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	19.516	(19.516)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>34.895</b>	<b>6.979</b>	<b>27.916</b>	<b>20.069</b>	<b>(20.991)</b>	<b>68.868</b>
Aprovação dos dividendos adicionais – AGO 20/04/2016	15	-	-	-	(20.069)	-	(20.069)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.038	18.038
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(216)	(216)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	21.391	(21.391)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	13	<b>34.895</b>	<b>6.979</b>	<b>27.916</b>	<b>21.391</b>	<b>(24.560)</b>	<b>66.621</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		18.038	17.125
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		3.645	3.588
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	615	-
Juros e variações monetárias líquidas – Empréstimos e financiamentos	21	882	3.624
Juros e variações monetárias líquidas - Debêntures	21	1.483	1.401
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	8.948	5.088
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução nas contas a receber de concessionárias e permissionárias		(577)	712
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(536)	(1.064)
(Aumento) redução nas outras contas a receber e depósitos judiciais		(37)	700
Aumento nos fornecedores (*)		355	395
Aumento (redução) nas taxas regulamentares		220	(470)
(Redução) aumento nas outras contas a pagar		(362)	1.196
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>32.674</b>	<b>32.295</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.594)	(1.094)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>31.080</b>	<b>31.201</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários		(9.555)	(5.365)
(Aumento) nos depósitos vinculados		(407)	(337)
Adições no imobilizado e intangível (*)	8	(19.238)	(2.259)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(29.200)</b>	<b>(7.961)</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captação de novos empréstimos	10	9.200	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(7.712)	(7.568)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(1.227)	(1.825)
Pagamento de debêntures - juros	10	(1.471)	(1.366)
Dividendos pagos	15	(740)	(14.060)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(1.950)</b>	<b>(24.819)</b>
<b>(Redução) líquida nos equivalentes de caixa</b>		<b>(70)</b>	<b>(1.579)</b>
Saldo inicial de equivalentes de caixa		3.280	4.859
Saldo final de equivalentes de caixa		3.210	3.280
<b>(Redução) líquida nos equivalentes de caixa</b>		<b>(70)</b>	<b>(1.579)</b>

(\*) Transações Não Caixa - referem-se às aquisições de imobilizado e intangível, cujos pagamentos ainda não foram realizados aos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2016, o montante das provisões aos fornecedores era de R\$648.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## **1. Informações gerais**

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$18.991 (R\$3.100 em 31 de dezembro de 2015) e está discutindo ações de curto prazo junto ao acionista para rever este cenário, no entanto, apresentou resultado positivo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 28 de abril de 2017.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) estão descritas na nota explicativa nº 23.

### **2.1. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários, jurisdições em que a Companhia atua, e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A partir do ano calendário de 2016, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IR e CSLL, uma vez que a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14 acarretou na majoração da alíquota de presunção do IR e CSLL, de 8% (oito por cento) e 12% (doze por cento), respectivamente, para 32% (trinta e dois por cento) nas entidades, sob regime de Lucro Presumido, que prestam serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público. O impacto desta mudança no imposto de renda e contribuição social diferidos foi de R\$4.228. Não há impacto significativo no cálculo do PIS e COFINS, tendo em vista que, a maioria das receitas da Companhia se mantiveram no regime cumulativo, uma vez que o contrato de concessão foi assinado em data anterior a Lei nº 10.833 de 2003.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados anteriormente.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

#### **2.4. Informações por segmento**

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS assegurando que não há obrigações contratuais diretas entre aqueles que acessam a linha de transmissão e a Companhia.

### **3. Principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

#### **3.1. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

### **3.2. Intangível**

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

### **3.3. Obrigações especiais**

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, pois não são condicionadas à realização financeira direta ou a qualquer retorno às fontes que aportaram recursos, e que são exclusivamente destinados à obras de expansão e melhoramento dos bens e instalações necessárias à exploração da concessão. O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador e que ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória, que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo. Os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2015 e 1º de janeiro de 2015 estão sendo rerepresentados, conforme descrito na nota explicativa nº 3.12. A Companhia apresenta este saldo na nota explicativa nº 8 – Imobilizado.

### **3.4. Reconhecimento de receita**

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta, de inteira responsabilidade do ONS.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **3.5. Instrumentos financeiros**

a) Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento - Mantidos até o vencimento são ativos financeiros com vencimento determinado e que a Companhia tenha a intenção de manter até a data de vencimento. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos mantidos até o vencimento são medidos pelo custo amortizado.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na seguinte categoria:

(i) Outros passivos financeiros ao custo amortizado - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial

(i) Capital social - Ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

### **3.6. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis**

Uma provisão é reconhecida em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros, quando aplicável.

### **3.8. Redução ao valor recuperável ("impairment")**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **3.9. Imposto de renda e contribuição social**

No exercício de 2015, o imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício eram calculados com base no regime de lucro presumido.

A partir de janeiro de 2016, o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos passaram a ser calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.10. Lucro por ação**

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### **3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")**

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**3.9. Normas e interpretações novas e revisadas**

3.9.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2016<sup>(a)</sup>, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

(a) IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas – também passou a ter sua vigência efetiva para entidades que adotaram as IFRS em suas demonstrações financeiras para exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2016, ou depois. No entanto, essa IFRS não é aplicável para a Companhia por não ser o primeiro ano de adoção das IFRS.

3.9.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12- Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture". (b)
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).
- IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (b).
- Modificações à IAS 40 - Transferências de propriedades de investimento (b).
- Modificações à IFRS 1 e IAS 28 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (b).
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2014-2016 (a).

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018; e
- (c) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2016. Não são esperadas modificações significativas nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia quando da adoção das normas novas e revisadas.

Até a data destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às IFRS novas e revisadas acima mencionadas.

### **3.12 Reapresentação de informações de exercícios anteriores**

Conforme descrito na nota 3.3, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

Conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos "CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro" e "CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis" (equivalente a IAS 8 e IAS 1, respectivamente), as mudanças na classificação das obrigações especiais foram aplicadas de forma retrospectiva nas demonstrações comparativas apresentadas nestas demonstrações contábeis regulatórias. Consequentemente, o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2015 e de 1º de janeiro de 2015, estão sendo reapresentados para fins de comparação.

Essa reclassificação, por ser entre contas patrimoniais (ativos e passivos), não impactou a demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido ora apresentadas. Adicionalmente, considerando as contas patrimoniais afetadas pela referida reclassificação, apenas as notas explicativas nº 8 e nº 23 possuem apresentação dos números reapresentados de 31 de dezembro de 2015, tendo vista que as demais notas explicativas destas demonstrações contábeis regulatórias, originalmente apresentadas, não sofreram impacto.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, as demonstrações contábeis regulatórias comparativas reapresentadas, considerando a reclassificação das obrigações especiais mencionadas anteriormente:

Balanco Patrimonial	31/12/2015		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Outros ativos não afetados	12.637	-	12.637
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>12.637</b>	<b>-</b>	<b>12.637</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Imobilizado	87.388	(3.273)	90.661
Outros ativos não afetados	5.920	-	5.920
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>93.308</b>	<b>(3.273)</b>	<b>96.581</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>105.945</b>	<b>(3.273)</b>	<b>109.218</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Outros passivos não afetados	15.737	-	15.737
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>15.737</b>	<b>-</b>	<b>15.737</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Obrigações especiais	-	(3.273)	3.273
Outros passivos não afetados	21.340	-	21.340
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>21.340</b>	<b>(3.273)</b>	<b>24.613</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>68.868</b>	<b>-</b>	<b>68.868</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>105.945</b>	<b>(3.273)</b>	<b>109.218</b>

Balanco Patrimonial	01/01/2015 (Não auditado)		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Outros ativos não afetados	10.238	-	10.238
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>10.238</b>	<b>-</b>	<b>10.238</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Imobilizado	89.542	(3.273)	92.815
Outros ativos não afetados	4.701	-	4.701
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>94.243</b>	<b>(3.273)</b>	<b>97.516</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>104.481</b>	<b>(3.273)</b>	<b>107.754</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Outros passivos não afetados	11.342	-	11.342
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>11.342</b>	<b>-</b>	<b>11.342</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Obrigações especiais	-	(3.273)	3.273
Outros passivos não afetados	26.540	-	26.540
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>26.540</b>	<b>(3.273)</b>	<b>29.813</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>66.599</b>	<b>-</b>	<b>66.599</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>	<b>104.481</b>	<b>(3.273)</b>	<b>107.754</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**4. Equivalentes de caixa**

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	3.210	2.216
Aplicações financeiras (Fundo Pampulha)	-	1.064
	<b>3.210</b>	<b>3.280</b>

**5. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do Fundo Pampulha.

	31/12/2016	31/12/2015
Investimento em cotas de fundos - Pampulha	14.920	5.365
<b>Ativo circulante</b>	<b>14.920</b>	<b>5.253</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>112</b>

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no fundo de investimento FIC de FI Pampulha, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. O montante aplicado no fundo está contabilizado na rubrica "Títulos de valores mobiliários". Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de rentabilidade média foi aproximadamente 106,31% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103,02 % do CDI em 31 de dezembro de 2015).

**6. Depósitos vinculados**

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos vinculados	3.847	3.440

Referem-se basicamente aos depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

**7. Contas a receber de concessionárias e permissionárias**

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2016	31/12/2015
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.075	29	30	29	245	4.408	3.831
<b>Circulante</b>						<b>4.146</b>	<b>3.586</b>
<b>Não circulante</b>	-	6	4	9	243	<b>262</b>	<b>245</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$262 (R\$245 em 31 de dezembro de 2015), refere-se aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Companhia na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características do contrato de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.
- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015		
Resolução nº 2.098 de 23/06/2015			Resolução nº 1.918 de 23/06/2015			Resolução nº 1.756 de 24/06/2014		
Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016			Período: de 01/07/2014 a 30/06/2015		
Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
42.527	(2.958)	39.569	38.434	(3.452)	34.982	36.916	136	37.052

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica de Fronteira	DIT Exclusiva
Receita básica licitada - RBL	X	X	-
Receita novas instalações – RBNI / RCDM	-	X	X
PA-Apuração - parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior			

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**8. Imobilizado, intangível e obrigações especiais**

<b>Imobilizado</b>	<b>Valor Bruto em 2015</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Transferências (B)</b>	<b>Reclassificação (C) (*)</b>	<b>Valor Bruto em 2016</b>	<b>Adições Líquidas (A)+(B)+(C)</b>	<b>Depreciação 2016</b>	<b>Valor Líquido 2016</b>	<b>Valor Líquido 2015 (Reapresentado)</b>
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>									
<i>Transmissão</i>									
Terrenos	731	-	131	-	862	131	-	862	731
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.114	-	196	-	1.310	196	(469)	841	684
Máquinas e equipamentos	117.702	-	20.352	-	138.054	20.352	(38.430)	99.624	82.880
Móveis e utensílios	2	-	-	-	2	-	-	2	-
	<b>119.549</b>	<b>-</b>	<b>20.679</b>	<b>-</b>	<b>140.228</b>	<b>20.679</b>	<b>(38.899)</b>	<b>101.329</b>	<b>84.295</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>									
<i>Transmissão</i>									
Máquinas e equipamentos	1.640	19.218	(20.548)	1.439	1.749	109	-	1.749	1.640
Terrenos	190	36	(131)	-	95	(95)	-	95	190
Adiantamento a Fornecedores (**)	1.111	-	-	(832)	279	(832)	-	279	1.111
Móveis e utensílios	14	-	-	-	14	-	-	14	14
Material em depósito	3.411	137	-	20	3.568	157	-	3.568	3.411
	<b>6.366</b>	<b>19.391</b>	<b>(20.679)</b>	<b>627</b>	<b>5.705</b>	<b>(661)</b>	<b>-</b>	<b>5.705</b>	<b>6.366</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>125.915</b>	<b>19.391</b>	<b>-</b>	<b>627</b>	<b>145.933</b>	<b>20.018</b>	<b>(38.899)</b>	<b>107.034</b>	<b>90.661</b>

(\*) Reclassificações ocorridas no exercício de 2016, entre rubricas do ativo imobilizado e intangível, identificadas após estudo realizado com objetivo de uma adotar melhor classificação com base na natureza dos gastos capitalizados, sendo reclassificado um montante de R\$627. Tais reclassificações, não afetaram o caixa da Companhia.

(\*\*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Intangível	Valor Bruto em 2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C) (*)	Valor Bruto em 2016	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>									
Transmissão									
Servidões	604	-	318	-	922	318	-	922	604
Softwares	3	-	-	-	3	-	(3)	-	-
	607	-	318	-	925	318	(3)	922	604
<b>Ativo Intangível em Curso</b>									
Outros intangíveis em curso	1.078	495	(318)	(627)	628	(450)	-	628	1.078
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>1.685</b>	<b>495</b>	<b>-</b>	<b>(627)</b>	<b>1.553</b>	<b>(132)</b>	<b>(3)</b>	<b>1.550</b>	<b>1.682</b>

(\*) Reclassificações ocorridas no exercício de 2016, entre rubricas do ativo imobilizado e intangível, identificadas após estudo realizado com objetivo de uma adotar melhor classificação com base na natureza dos gastos capitalizados, sendo reclassificado um montante de R\$627. Tais reclassificações, não afetaram o caixa da Companhia.

	Taxas anuais médias de depreciação	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido (Reapresentado)
<b>Imobilizado e intangível</b>					
<b>Em serviço - Transmissão</b>					
Custo histórico	3,60%	141.153	(38.902)	102.251	84.899
<b>Em curso - Transmissão</b>					
Custo histórico	n/a	6.333	-	6.333	7.444
<b>Total do imobilizado e intangível</b>		<b>147.486</b>	<b>(38.902)</b>	<b>108.584</b>	<b>92.343</b>

Obrigações especiais (Passivo)	Valor Bruto em 2015 (Reapresentado)	Valor Bruto em 2016	Amortização acumulada	Valor Líquido 2016	Valor Líquido 2015 (Reapresentado)
Obrigações especiais	(3.852)	(3.852)	579	(3.273)	(3.273)
<b>Total</b>	<b>(3.852)</b>	<b>(3.852)</b>	<b>579</b>	<b>(3.273)</b>	<b>(3.273)</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado</b>	<b>Material / Equipamentos</b>	<b>Outros Gastos</b>	<b>Total</b>
Máquinas e equipamentos	19.218	-	19.218
Terrenos	36	-	36
Material Estoque	137	-	137
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>19.391</b>	<b>-</b>	<b>19.391</b>
<b>Intangível em curso (Processos de faixa de servidão)</b>	<b>-</b>	<b>495</b>	<b>495</b>
<b>Total das adições do imobilizado e intangível em curso</b>	<b>19.391</b>	<b>495</b>	<b>19.886</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**9. Partes relacionadas**

I - Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária / Mês de atualização	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
<b>Transações com partes interessadas</b>						
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de Compartilhamento de instalações - STC x ETAU - Partes interessadas	R\$3 Valor mensal	16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12%a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M./Novembro	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não Houve.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo (Outras contas a receber)		Receitas	
		31/12/2016	31/12/2015	2016	2015
1	Outras contas a receber x Reembolso de custos de CCI - STC x ETAU -Partes interessadas	6	5	62	57

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária / Mês de atualização	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
<b>Transações com os controladores</b>						
1	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ETAU	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2017	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M/Abril	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão.
2	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x ETAU	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA/Janeiro	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	A multa diária de 0,1% por atraso de pagamento, limitada a 10% do valor total do contrato.
3	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Transmissão de dados - CEEE GT x ETAU	R\$13 Valor mensal	Dez/2014 a Dez/2016  Renovação a cada 2 anos.	Juros de 1% e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer cláusula ou condições do contrato; atraso de pagamento injustificado após 90 dias; inexecução total ou parcial das obrigações da CEEE (contratada).	Além da parcela mensal, no exercício de 2015, foi provisionado o valor de R\$27 (parcela única), que foi paga em janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 o contrato estava em processo de assinatura.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações contábeis regulatórias, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária / Mês de atualização	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
4	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - CEEE GT x ETAU	R\$135 Valor mensal	23/06/2010 a 22/06/2018  Renovação a cada 4 anos.	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.
5	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de fiscalização - CEEE x ETAU	R\$79 Valor mensal	04/01/2016 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IPC-A.	Pode ser rescindido por atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela por 90 dias/ descumprimento de qualquer cláusula do contrato.	A contratada responderá pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo comprovados.
6	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) - CEEE GT x ETAU	R\$10 Valor anual	15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
7	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de operação e manutenção - Eletrosul x ETAU	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018  Renovação a cada 4 anos	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M/Junho	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.
8	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Comunicação multimídia - Eletrosul x ETAU	R\$5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020  Renovação a cada 5 anos	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI.	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato.	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.
9	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Serviços de Compartilhamento de Instalações (CCI) - Eletrosul x ETAU	R\$8 Valor anual	04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
10	Outras contas a pagar x Outros custos operacionais - Aluguel de imóvel - Eletrosul x ETAU	R\$9 Valor anual	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	Não houve.	Não houve.
11	Outras contas a pagar x Serviço de terceiros - Outros serviços - Eletrosul x ETAU	R\$18 Parcela única	Mês de Nov/2016	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não Houve.	Trata-se de serviço pontual referente a supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande - SC ao sistema supervisão SAGE. Este serviço está contemplado no contrato de O&M para ser contratado e pago a parte dos serviços normais de O&M
12	Outras contas a pagar x - Reembolso de despesas - Eletrosul x ETAU	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso entre Eletrosul x ETAU.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo (Outras contas a pagar)		Custos / Despesas	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
1	Taesa x ETAU - Back office	65	58	775	706
2	Taesa x ETAU - Serviços de engenharia	-	66	811	466
3	CEEE GT x ETAU - Transmissão de dados	374	182	374	185
4	CEEE GT x ETAU - O&M	207	-	2.341	2.142
5	CEEE GT x ETAU - Serviço de fiscalização	-	-	1.039	-
6	CEEE x ETAU - Contrato de CCI	-	-	-	29
7	Eletrosul x ETAU - O&M	-	-	725	740
8	Eletrosul x ETAU - Comunicação multimídia	9	9	114	111
9	Eletrosul x ETAU - Contrato de CCI	-	-	15	14
10	Eletrosul x ETAU - Aluguel de imóvel	1	-	10	9
11	Eletrosul x ETAU - Outros serviços	18	-	18	76
12	Eletrosul x ETAU - Reembolso de despesas de correios	-	-	5	-
		<b>674</b>	<b>315</b>	<b>6.227</b>	<b>4.478</b>

c) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2016	2015
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado - Diretoria	2016	2015
Remuneração	145	132

## 10. Empréstimos e financiamentos e debêntures

### Abertura do endividamento

#### 10.1 Empréstimos e financiamentos

Características do empréstimo							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES	15/02/2006	Sub A	8.529	8.529	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a	13
		Sub C	1.022	1.022	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a	
		Sub B	51.720	51.720	15/01/2018	TJLP + 4% a.a	
		Sub D	6.197	6.197	15/01/2018	TJLP + 4% a.a	
BNDES FINAME ALSTON	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	36
BNDES FINAME TOSHIBA	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	36
BNDES AUTOMÁTICO	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	4.469	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	48
BNDES AUTOMÁTICO	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	1.816	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	48

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional									
BNDES	34	7.632	636	8.302	16/01/2017	Mensal	16/01/2017	Mensal	SAC
FINAMES	55	-	2.916	2.971	16/01/2017	Mensal	15/02/2018	Mensal	SAC
BNDES - Automático	57	528	5.806	6.391	15/02/2017	Mensal	15/09/2017	Mensal	SAC
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>8.160</b>	<b>9.358</b>	<b>17.664</b>					

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo	2018	2019	2020	2021	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional					
BNDES	636	-	-	-	636
FINAME	891	972	972	81	2.916
BNDES-Automático	1.584	1.583	1.583	1.056	5.806
<b>Total das dívidas</b>	<b>3.111</b>	<b>2.555</b>	<b>2.555</b>	<b>1.137</b>	<b>9.358</b>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos						
Financiadores	31/12/2015	Adição (a)	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2016
Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional						
BNDES	16.521	-	670	(1.177)	(7.712)	8.302
BNDES - AUTOMÁTICO	-	6.285	123	(17)	-	6.391
BNDES - FINAME ALSTON	-	228	9	(4)	-	233
BNDES - FINAME TOSHIBA	-	2.687	80	(29)	-	2.738
<b>Total</b>	<b>16.521</b>	<b>9.200</b>	<b>882</b>	<b>(1.227)</b>	<b>(7.712)</b>	<b>17.664</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.965</b>					<b>8.306</b>
<b>Não circulante</b>	<b>8.556</b>					<b>9.358</b>

Parcelas vencíveis por indexador	Total circulante	2018	2019	2020	2021	Total não circulante	Total
URTJ	6.317	1.608	1.119	1.119	746	4.592	10.909
UMBNDES	1.771	147	-	-	-	147	1.918
SELIC	164	464	464	464	310	1.702	1.866
Taxa Fixa	54	892	972	972	81	2.917	2.971
<b>Total</b>	<b>8.306</b>	<b>3.111</b>	<b>2.555</b>	<b>2.555</b>	<b>1.137</b>	<b>9.358</b>	<b>17.664</b>

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES possui as seguintes cláusulas restritivas financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos:

**BNDES:** (i) manutenção do Índice de Cobertura da Dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes; (ii) e constituição em favor do BNDES de "Conta Reserva do Serviço da Dívida" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, a soma das três últimas prestações do serviço da dívida da Companhia com o BNDES, incluindo principal, juros e demais acessórios, e "Conta Reserva de O&M" com recursos equivalentes a, no mínimo, a soma dos três últimos meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção. Os termos de cálculo do ICD e as regra para movimentação da conta reserva estão definidos no contrato. A periodicidade do cálculo do ICD é anual. Esse valor está apresentado na rubrica Depósitos vinculados e outros investimentos.

**BNDES Automático:** (i) a razão entre a "dívida líquida" e "EBITDA" deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o "índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD" deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

**Garantias**

100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE-GT e DME.

Direitos da concessão ETAU.

Receíveis de concessão ETAU.

**10.2 Debêntures**

Financiador	Movimentação de debêntures			
	31/12/2015	Juros incorridos/ custos (*)	Juros pagos	31/12/2016
BNP Paribas (1ª emissão)	<b>10.056</b>	<b>1.483</b>	<b>(1.471)</b>	<b>10.068</b>
<b>Circulante</b>	<b>104</b>			<b>100</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.952</b>			<b>9.968</b>

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a amortização dos custos de captação com debêntures foi de R\$16.

Instituição/Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
<b>Moeda Nacional</b>									
BNP Paribas-Debêntures	116	(16)	9.968	10.068	01/06/17	Semestral	01/12/19	N.A	Bullet
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>(16)</b>	<b>9.968</b>	<b>10.068</b>					

<b>Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo prazo</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Total</b>
BNP Paribas - Debêntures	-	10.000	10.000
Custos das debêntures	(16)	(16)	
<b>Total das dívidas</b>	<b>(16)</b>	<b>9.984</b>	<b>9.968</b>

**Características das debêntures**

Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Convertibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As debêntures foram totalmente adquiridas pelo Fundo de FI - Pampulha.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

### 10.3 Abertura dos ativos financeiros

<b>Caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e outros investimentos, e títulos e valores mobiliários</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Bancos	3.210	2.216
CDBs, operações compromissadas e debêntures (Fundo Pampulha)	1.941	2.109
Letras financeiras - bancos privados (Fundo Pampulha)	7.368	2.932
Títulos públicos (Fundo Pampulha)	5.611	1.387
Depósitos vinculados	3.847	3.440
Outros (Fundo Pampulha)	-	1
	<b>21.977</b>	<b>12.085</b>
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>3.210</b>	<b>3.280</b>
<b>Depósitos vinculados e outros investimentos</b>	<b>3.847</b>	<b>3.440</b>
<b>Títulos e valores mobiliários – circulante</b>	<b>14.920</b>	<b>5.253</b>
<b>Títulos e valores mobiliários – não circulante</b>	<b>-</b>	<b>112</b>

### 10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

<b>Resumo</b>	<b>2016</b>			<b>Total</b>	<b>Total 2015</b>
	<b>Juros CP</b>	<b>Principal CP</b>	<b>Principal + Juros LP</b>		
<b>Dívida Bruta</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	262	8.144	19.326	27.732	26.577
<b>Ativos Financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos				(21.977)	(12.085)
<b>Dívida Líquida</b>				<b>5.755</b>	<b>14.492</b>

### 11. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos trabalhistas e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O valor está classificado no passivo não circulante e possui depósito judicial contabilizado no ativo no valor de R\$22.

	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2016</b>
Cíveis (a)	-	495	495
Trabalhistas	-	120	120
	<b>-</b>	<b>615</b>	<b>615</b>

(a) Referem-se às ações cíveis de faixa de servidão e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$90, sendo R\$14 referentes a contingências cíveis e R\$76 a contingências tributárias (em 31 de dezembro de 2015, R\$120 referentes a contingências trabalhistas), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim.

O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. O Convênio ICMS 117/04 do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua cláusula primeira, cita que fica atribuída ao consumidor de energia elétrica, conectado à rede básica a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pela conexão e pelo uso dos sistemas de transmissão na entrada de energia elétrica no seu estabelecimento. A Administração entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remoto, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada, e em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

**12. Imposto de renda e contribuição social**

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.612)	(5.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.336)	-
	<b>(8.948)</b>	<b>(5.088)</b>

Correntes - Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A partir do ano calendário de 2016, a Companhia adotou o regime tributário do lucro real.

Diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 em virtude da adoção do RTT e também o ajuste requerido pela Lei nº 12.973/14.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Conciliação da taxa efetiva de IR e CSLL - Lucro Real</b>		<b>2016</b>
Lucro das operações continuadas antes dos impostos		26.986
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%		(9.175)
Outros		227
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado (relacionada a operações continuadas)		<b>(8.948)</b>
Alíquota efetiva		<b>33%</b>

<b>Conciliação da despesa de IR e CSLL correntes - Lucro Presumido</b>	<b>2015</b>	
	<b>IR</b>	<b>CSLL</b>
Receita bruta	37.374	37.374
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	1.240	1.240
	<u>38.614</u>	<u>38.614</u>
Percentual	32%	32%
	<u>12.356</u>	<u>12.356</u>
Demais receitas:		
Renda de aplicação financeira	2.063	2.063
Variações monetárias	614	614
	<u>2.677</u>	<u>2.677</u>
Base de cálculo	15.033	15.033
Imposto de renda - 15%	(2.255)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(1.480)	-
Contribuição social - 9%	-	(1.353)
Total de despesa	<u>(3.735)</u>	<u>(1.353)</u>
Total de IR e CSLL		<b><u>(5.088)</u></b>

### **13. Patrimônio líquido**

Capital social - em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

<b>Composição acionária (*)</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias integralizadas</b>	<b>Capital integralizado (%)</b>
Taesa	18.349.309	52,5838
Eletrosul	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
<b>Total</b>	<b>34.895.364</b>	<b>100,0000</b>

(\*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

#### Reserva de lucros

- (i) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial - constituída com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Prejuízos acumulados - o saldo desta rubrica, na contabilidade regulatória, refere-se à diferença entre os resultados auferidos nas demonstrações societárias e o das demonstrações contábeis regulatórias.

<b>Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - societário</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício societário	21.607	20.266
Reserva legal (5% do lucro líquido societário, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76)	-	(553)
Dividendos obrigatórios (1% do lucro societário)	(216)	(197)
Dividendos adicionais propostos	(21.391)	(19.516)

Além da destinação do lucro do exercício de 2015, a AGO de 20 de abril de 2016 também ratificou a destinação de parte da reserva especial de lucros, no valor de R\$553, na distribuição de dividendos adicionais propostos.

#### **14. Pessoal e administradores**

<b>Pessoal</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remuneração	(41)	(30)
Encargos	(12)	(11)
Outros benefícios	(21)	(17)
	<b>(74)</b>	<b>(58)</b>

Administradores: não há remuneração para o Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2016, os diretores receberam o montante de R\$145 (R\$132 em 31 de dezembro de 2015), contabilizados no grupo despesas de "Serviços de terceiros".

#### **15. Dividendos a pagar**

<b>Dividendos a pagar</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Dividendos obrigatórios/ aprovados (a)</b>	<b>Dividendos pagos</b>	<b>31/12/2016</b>
Dividendos a pagar à Taesa	492	10.668	(389)	10.771
Dividendos a pagar à Eletrosul	257	5.561	(203)	5.615
Dividendos a pagar à DME	94	2.028	(74)	2.048
Dividendos a pagar à CEEE - GT	94	2.028	(74)	2.048
	<b>937</b>	<b>20.285</b>	<b>(740)</b>	<b>20.482</b>

(a) O montante é composto por: R\$20.069 referentes a dividendos adicionais aprovados pela AGO de 20 de abril de 2016; e R\$216 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2016. A Companhia solicitou ao BNDES autorização para pagamento de dividendos adicionais durante o exercício de 2016, conforme condição prevista no contrato de financiamento obtido com esta Instituição. Considerando que a referida aprovação não havia sido recebida até 31 de dezembro de 2016, o pagamento não foi efetuado. Na próxima AGO a ser realizada até 30 de abril de 2017 será definido novo prazo de pagamento.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Pagamento de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Adicionais propostos	2014	08/04/2015	AGO	20/06/2016	740	0,02121
					<b>740</b>	
Obrigatórios	2014	08/04/2015	AGO	29/12/2015	141	0,00404
Adicionais propostos	2014	08/04/2015	AGO	29/12/2015	13.919	0,39888
					<b>14.060</b>	

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido societário do exercício, apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

## 16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Tokyo Marine	19/09/16 a 19/09/17	10.000	-	3
Risco operacional	Fator	19/10/16 a 19/10/17	-	6.571	32
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Liberty Seguros	18/09/16 a 18/09/17	15.000	-	27

## 17. Instrumentos financeiros

### 17.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de capital, de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 17.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados, e patrimônio líquido.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**17.3. Categorias de instrumentos financeiros**

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Bancos	3.210	2.216
<i>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</i>		
- Aplicações financeiras (Fundo Pampulha)	-	1.064
- Títulos e valores mobiliários	14.920	5.250
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Depósitos vinculados	3.847	3.440
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.408	3.831
<i>Mantidos até o vencimento</i>		
- Títulos e valores mobiliários	-	115
	<b>26.385</b>	<b>15.916</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	1.565	562
- Empréstimos e financiamentos	17.664	16.521
- Debêntures	10.068	10.056
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	2.108	2.832
	<b>31.405</b>	<b>29.971</b>

**17.4. Risco de mercado – Gestão do risco de taxa de juros**

A Companhia tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros e de câmbio.

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

**17.5. Risco de mercado - Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$1.918 equivalentes a 6,90% de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar norte-americano). Uma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar de forma negativa o resultado da Companhia.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**17.6. Gestão do risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

**17.7. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, conforme apresentado a seguir:

Índices	Cenário provável	31/12/2016
CDI/SELIC (i)	9,50%	14,00%
URTJ (ii)	7,50%	7,50%
PTAX - Dólar (i)	3,4500	3,2591

(i) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 20 de janeiro de 2017 - Fonte externa independente.

(ii) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 20 de janeiro de 2017 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	Saldo em 31/12/2016	Efeito no LAIR - janeiro a dezembro de 2016 - aumento (redução)
		Provável
<b>Ativos financeiros</b>		
<i>Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados - CDI</i>	18.767	(845)
<b>Passivos financeiros</b>		
<i>Empréstimos e financiamentos e debêntures</i>		
- TJLP	10.909	-
- UMBNDES (cesta de moedas) (a)	1.918	(112)
- CDI/SELIC	11.982	(539)
		<b>(1.496)</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2016, o dólar representava 99,4% da cesta de moedas BNDES, sendo assim a taxa utilizada para cálculo dos cenários prováveis foi a PTAX - Dólar.

**17.8. Gestão do risco de crédito**

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O risco de crédito do saldo mantido em equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado considerando as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com concessionárias e permissionárias, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### **17.9. Gestão do risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

<b>Empréstimos e financiamentos e Debêntures</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Pós-fixada	702	1.511	8.417	20.851	<b>31.481</b>
Pré-fixada	67	-	200	3.392	<b>3.659</b>
<b>Total</b>	<b>769</b>	<b>1.511</b>	<b>8.617</b>	<b>24.243</b>	<b>35.140</b>

#### **17.10. Gestão dos riscos operacionais**

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia está exposta são:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**17.11. Valor justo dos instrumentos financeiros**

**17.11.1 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Aplicações financeiras	4	-	1.064	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	5	14.920	5.365	Nível 2
		<b>14.920</b>	<b>6.429</b>	

Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo são definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**17.11.2 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto são exigidas divulgações do valor justo)**

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nesta demonstração contábil regulatória, se aproximam dos seus valores justos, uma vez que tem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias ou não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

**18. Lucro por ação**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	18.038	17.125
Quantidade de ações ordinárias (lote de mil)	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	0,51692	0,49076

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias**  
**referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**19. Receita líquida**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	36.053	33.053
Parcela variável (a) e outras receitas	4.780	4.321
<b>Receita bruta</b>	<b>40.833</b>	<b>37.374</b>
PIS e COFINS	(1.574)	(1.408)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(1.571)	(1.450)
Tributos e encargos	(3.145)	(2.858)
<b>Receita líquida</b>	<b>37.688</b>	<b>34.516</b>

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.

(b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

**20. Informações sobre a natureza de custos e despesas**

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: referem-se basicamente aos custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

**21. Receitas (despesas) financeiras**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Renda de aplicação financeira	1.702	2.063
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.702</b>	<b>2.063</b>
Juros e variações monetárias líquidas:		
- Empréstimos e financiamentos	(882)	(3.624)
- Debêntures	(1.483)	(1.401)
Outras despesas financeiras	(483)	(180)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.848)</b>	<b>(5.205)</b>
	<b>(1.146)</b>	<b>(3.142)</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**22. Compromissos assumidos**

Operação e manutenção dos ativos - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, esteja condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licença ambiental expedida à Companhia			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se finalizados, baseados nos cronogramas estabelecidos a seguir:

- FUNAI - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. O Termo de Quitação foi emitido em 21 de dezembro de 2015.
- Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas até o término do exercício de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo circulante para essa compensação ambiental era R\$1.480.

Contrato para implementação do reforço na subestação Lagoa Vermelha II - No dia 26 de outubro de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a Energ Power Ltda., na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do 2º banco de autotransformadores da subestação de Lagoa Vermelha II, no valor de R\$16.709. Em 31 de dezembro de 2016 havia um saldo a pagar ao fornecedor no valor de R\$650, referente ao referido contrato. O empreendimento entrou em operação comercial definitiva em 26 de outubro de 2016 conforme carta ONS nº 1526/100/2016. A Companhia emitiu o Termo de Aceitação Provisório - TAP em 26 de novembro de 2016 emitindo uma correspondência para a Energ Power Ltda. A partir desta data iniciou o período de garantia técnica pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial do empreendimento, conforme estabelecido em contrato. A Companhia espera emitir o Termo de Aceitação Definitivo - TAD após o término da garantia técnica.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**23. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhados a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2016</b>			<b>31/12/2015</b>		
		<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Equivalentes de caixa		3.210	-	3.210	3.280	-	3.280
Títulos e valores mobiliários		14.920	-	14.920	5.253	-	5.253
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4.146	-	4.146	3.586	-	3.586
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	27.433	27.433	-	23.032	23.032
Impostos e contribuições sociais		59	-	59	143	-	143
Outras contas a receber		349	-	349	375	-	375
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>22.684</b>	<b>27.433</b>	<b>50.117</b>	<b>12.637</b>	<b>23.032</b>	<b>35.669</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	112	-	112
Depósitos vinculados		3.847	-	3.847	3.440	-	3.440
Depósitos judiciais		439	-	439	371	-	371
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		262	-	262	245	-	245
Impostos e contribuições sociais		75	-	75	-	-	-
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	119.646	119.646	-	106.769	106.769
Outras contas a receber		65	-	65	70	-	70
Imobilizado	(iv)	107.034	(107.034)	-	90.661	(90.661)	-
Intangível	(iv)	1.550	(1.550)	-	1.682	(1.682)	-
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>113.272</b>	<b>11.062</b>	<b>124.334</b>	<b>96.581</b>	<b>14.426</b>	<b>111.007</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>135.956</b>	<b>38.495</b>	<b>174.451</b>	<b>109.218</b>	<b>37.458</b>	<b>146.676</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2016</b>			<b>31/12/2015 (Reapresentado)</b>		
		<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		1.565	-	1.565	562	-	562
Empréstimos e financiamentos		8.306	-	8.306	7.965	-	7.965
Debêntures		100	-	100	104	-	104
Impostos e contribuições sociais		7.929	-	7.929	3.458	-	3.458
Taxas regulamentares		1.115	-	1.115	895	-	895
Dividendos a pagar		20.482	-	20.482	937	-	937
Outras contas a pagar		2.178	-	2.178	1.816	-	1.816
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>41.675</b>	<b>-</b>	<b>41.675</b>	<b>15.737</b>	<b>-</b>	<b>15.737</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		9.358	-	9.358	8.556	-	8.556
Debêntures		9.968	-	9.968	9.952	-	9.952
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	2.338	11.019	13.357	-	15.270	15.270
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		615	-	615	-	-	-
Obrigações especiais	(iv)	3.273	(3.273)	-	3.273	(3.273)	-
Tributos diferidos	(iii)	-	6.189	6.189	-	4.470	4.470
Outras contas a pagar		2.108	-	2.108	2.832	-	2.832
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>27.660</b>	<b>13.935</b>	<b>41.595</b>	<b>24.613</b>	<b>16.467</b>	<b>41.080</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Dividendos adicionais propostos		21.391	-	21.391	20.069	-	20.069
Prejuízos acumulados		(24.560)	24.560	-	(20.991)	20.991	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	(v)	<b>66.621</b>	<b>24.560</b>	<b>91.181</b>	<b>68.868</b>	<b>20.991</b>	<b>89.859</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>135.956</b>	<b>38.495</b>	<b>174.451</b>	<b>109.218</b>	<b>37.458</b>	<b>146.676</b>

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>2016</b>			<b>2015</b>		
		<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>	<b>Regulatório</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Societário</b>
Disponibilização do sistema de transmissão		36.053	(36.053)	-	33.053	(33.053)	-
Operação e manutenção		-	10.793	10.793	-	9.961	9.961
Construção e indenização		-	21.284	21.284	-	1.593	1.593
Remuneração do ativo financeiro de concessão		-	21.255	21.255	-	23.721	23.721
Parcela variável e outras receitas		4.780	-	4.780	4.321	-	4.321
<b>Receita bruta</b>	<b>(vi)</b>	<b>40.833</b>	<b>17.279</b>	<b>58.112</b>	<b>37.374</b>	<b>2.222</b>	<b>39.596</b>
PIS e COFINS		(1.574)	(1.720)	(3.294)	(1.408)	(66)	(1.474)
Quota para RGR, P&D e TFSEE		(1.571)	-	(1.571)	(1.450)	-	(1.450)
Tributos e encargos	<b>(vii)</b>	<b>(3.145)</b>	<b>(1.720)</b>	<b>(4.865)</b>	<b>(2.858)</b>	<b>(66)</b>	<b>(2.924)</b>
<b>Receita líquida</b>		<b>37.688</b>	<b>15.559</b>	<b>53.247</b>	<b>34.516</b>	<b>2.156</b>	<b>36.672</b>
Material		(23)	(19.884)	(19.907)	(27)	(2.259)	(2.286)
Serviços de terceiros		(4.234)	-	(4.234)	(4.064)	-	(4.064)
Depreciação e amortização		(3.645)	3.645	-	(3.588)	3.588	-
Outros custos operacionais		61	-	61	72	-	72
Custos operacionais	<b>(viii)</b>	<b>(7.841)</b>	<b>(16.239)</b>	<b>(24.080)</b>	<b>(7.607)</b>	<b>1.329</b>	<b>(6.278)</b>
Pessoal		(74)	-	(74)	(58)	-	(58)
Serviços de terceiros		(1.417)	-	(1.417)	(1.430)	-	(1.430)
Despesas operacionais líquidas		(224)	-	(224)	(66)	-	(66)
Despesas operacionais		(1.715)	-	(1.715)	(1.554)	-	(1.554)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>28.132</b>	<b>(680)</b>	<b>27.452</b>	<b>25.355</b>	<b>3.485</b>	<b>28.840</b>
Receitas financeiras		1.702	-	1.702	2.063	-	2.063
Despesas financeiras		(2.848)	-	(2.848)	(5.205)	-	(5.205)
Despesas financeiras líquidas		(1.146)	-	(1.146)	(3.142)	-	(3.142)
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>		<b>26.986</b>	<b>(680)</b>	<b>26.306</b>	<b>22.213</b>	<b>3.485</b>	<b>25.698</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>(ix)</b>	<b>(8.948)</b>	<b>4.249</b>	<b>(4.699)</b>	<b>(5.088)</b>	<b>(344)</b>	<b>(5.432)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(x)</b>	<b>18.038</b>	<b>3.569</b>	<b>21.607</b>	<b>17.125</b>	<b>3.141</b>	<b>20.266</b>
<b>Lucro por ação</b>							
Lucro por ação ordinária-básico e diluído (em R\$)		0,51692	0,10228	0,61920	0,49076	0,09001	0,58077

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2016**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**(i) Ativo financeiro de concessão**

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia vem adotando nas suas demonstrações financeiras societárias para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro de concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18) e a interpretação ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

**(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

**(iii) Tributos diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

**(iv) Imobilizado, intangível e obrigações especiais**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível e obrigações especiais reconhecidas no passivo, os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
**CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, líquido das obrigações especiais foram reconhecidos como ativo financeiro, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção da ICPC 01 (R1) e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

**(v) Patrimônio líquido**

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

<b>Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>91.181</b>	<b>89.859</b>
Ativo financeiro de concessão (ICPC 01 (R1))	(147.079)	(129.801)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1))	108.584	92.343
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	11.019	15.270
Tributos diferidos (ICPC 01 (R1))	6.189	4.470
Obrigações especiais	(3.273)	(3.273)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>66.621</b>	<b>68.868</b>

**(vi) Receita bruta**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

**(vii) Tributos e encargos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

**(viii) Custos operacionais**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2016**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

**(x) Lucro líquido do exercício**

<b>Conciliação do lucro societário e regulatório</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro do exercício societário</b>	<b>21.607</b>	<b>20.266</b>
Receita bruta (ICPC 01 (R1))	(17.279)	(2.222)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1))	1.720	66
Depreciação e amortização (ICPC 01 (R1))	(3.645)	(3.588)
Custos operacionais - Materiais (ICPC 01 (R1))	19.884	2.259
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1))	(4.249)	344
<b>Lucro do exercício regulatório</b>	<b>18.038</b>	<b>17.125</b>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

\* \* \* \* \*

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.  
CNPJ no 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2016**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Diretoria</b>	
<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Nelson Gravino (Eletrosul)	Diretor Técnico

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Fábio Antunes Fernandes (Presidente) (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Antonio Waldir Vittori (Vice-Presidente) (Eletrosul)	Anilson Luiz Duarte (Eletrosul)
Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado (CEEE-GT)	Luis Carlos Saciloto Tadiello (CEEE-GT)
Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)	Marco Antônio Pereira dos Santos (DME)

**Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49**